

Anais da Assembléia

CURITIBA, 10 e 11 DE ABRIL DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO THOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — Wilson Fortes.

1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.

2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).

1.º SECRETÁRIO — Ivo Thomazoni.

2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.

3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).

4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N. 154-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o interesse da administração deste Poder,

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam restabelecidos o Art. 2.º e seu Parágrafo único do Decreto Legislativo n. 75-71, mantidas as mesmas redações na forma que segue: "Art. 2.º — O expediente da Secretaria é desdobrado em dois turnos de trabalho, assim distribuídos: das 8,00 às 12,00 horas e das 13,30 às 17,30 horas, sem tolerância para o início dos horários fixados.

Parágrafo Único — O expediente poderá ser alterado, por ato da Diretoria Geral, no interesse dos trabalhos legislativos".

Art. 2.º — O Art. 4.º, § 2.º, do referido Decreto Legislativo n. 75-71, passa a ter a seguinte redação:

§ 2.º — O regime de trabalho dos funcionários referidos no parágrafo anterior é o vigente para os de mais servidores da Secretaria, devendo os mesmos assinar o livro-ponto nos respectivos Gabinetes das Lideranças partidárias.

Art. 3.º — O presente Decreto vigorará a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de abril de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 155-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1690, de 21 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

dispensar Eleovan Cesar Ribeiro, Marcos Uniga, Leonilda Bittencourt e Ma-

rio Augusto Guerra, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, respectivamente, das funções de Chefe de Gabinete, Auxiliar de Gabinete, Oficial de Gabinete e de Motorista do Gabinete da Diretoria Geral.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 156-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.680, de 21 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

I — Designar para exercer as funções que especifica, no Gabinete da Diretoria Geral, os seguintes funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, percebendo as vantagens inerentes ao cargo:

Eleovan Cesar Ribeiro — Oficial de Gabinete (F-3)

Joaquim Vieira da Silva — Auxiliar de Gabinete (F-4)

Odahir Cosmos — Motorista do Gabinete (F-5)

II — Autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Joaquim Vieira da Silva a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 157-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1680, de 21 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

nomear Esveben Guimarães Plaisant funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete da Diretoria Geral, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, ficando autorizado a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 158-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 745-72, de 11 de fevereiro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Odahir Cosmos, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 159-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.022-72, de 25 de fevereiro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Gabriel Luiz Franceschi, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 160-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.108-72, de 29 de fevereiro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Raul Zipperer, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 161-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 886-72 de 21 de fevereiro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Nilva Maria Moro, a pres-

tar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 162-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.110-72, de 29 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Luiz Fernando de Oliveira, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 163-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.374, de 9 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Plácido Cordeiro de Paula, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 164-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 993-72, de 24 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Valdecir Nassar, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 165-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.221-72, de 3 de março de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, os funcionários Alberto Savoia Assef e Severo Olimpio Sotto Maior, a prestarem serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 166-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 445-72, de 26 de janeiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário José Estefano Brito Witoslawski, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 167-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 457-72, de 27 de janeiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Silvio Rodolfo Liegel, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 168-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 573-72, de 2 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 15 de novembro de 1970, a funcionária Lígia Maria da Silva a

prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 169-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.083-72, de 29 de fevereiro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

6.174 de 16 de novembro de 1.970, a funcionária Therezinha Formighieri Simões, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 170-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.270-72, de 6 de março de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Belmiro Martin, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 171-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 465, de 27 de janeiro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Luiz Carlos Molinari, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 172-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 505, de 31 de janeiro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Alba Ligia Araujo e Garcia, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 173-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.101-72, de 29 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Edson Carlos de Oliveira a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 174-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 885, de 21 de fevereiro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário João Felipe Chaves Loureiro, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 175-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1344, de 8 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário João Martins Sobrinho a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a

cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 10 de abril de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 6.ª Sessão Ordinária

Realizada em 10 de Abril de 1972 — (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Domicio Scaramella.

A hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Thomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Arizone Araújo, Armindo Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emílio Carazzai, Ercndy Silvério Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baranuk, Maurício Fruct, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poi, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonta Villanueva (33); chegando-se ausentes os Srs. Deputados: Wilson Fortes, Rosário P. tel'i, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Cândido Martins do Oliveira, David Federmann, Muggiali Filho, Nivaldo Krüger, Pinto Dias e Wilson Brandão (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. EMILIO CARAZZAI — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito que V. Ex.ª determine seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados porque, o que me parece, não há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados solicitada pelo Sr. Deputado Emílio Carazzai.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada nominal 27 Srs. Deputados.

Há quorum legal para prosseguimento da sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

MENSAGEM:

MENSAGEM n.º 4-72

Curitiba 10 de abril de 1972.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a participar da constituição, juntamente com o Governo Federal, através da Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, e com o Município de Curitiba e outros, de uma Sociedade de Economia Mista com a finalidade de implantar, construir, instalar, explorar e administrar, na Capital do Estado e no interior, Centrais de Abastecimento destinadas a operar como um centro polarizador e coordenador do abastecimento de gêneros alimentícios e incentivador da produção agrícola.

A medida submetida a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativa e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, estando em perfeita sintonia com uma das metas prioritárias do Governo Federal, qual seja a da consolidação de um Sistema Nacional de Abastecimento, na forma prevista pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — PND, cujo assunto foi destacado com a maior ênfase no pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Doutor Luiz Fernando Cirne Lima, quando das solenidades da constituição da CEAPAR, Empresa da qual o Estado deverá participar após o advento da lei ora proposta.

Ademais, merece ser ressaltado que a execução do plano preconizado, para ação conjunta da União, Estado e Municípios, se constitui num importante e decisivo passo para solução dos problemas relacionados com abastecimento, servindo, também, como eficiente instrumento incentivador da produção agrícola, alargando as perspectivas de mercado e permitindo comercialização a preço justo.

Por outro lado, deve ser salientado que o anteprojeto de lei anexo resulta de estudos feitos por técnicos no assunto, estando a matéria em questão plenamente cónsona com as normas da Legislação Federal específica.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a participar, juntamente com a União Federal, através da Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, com o Município de Curitiba e outros, da Central de Abastecimento do Paraná S.A. — CEAPAR, sociedade de economia mista constituída com a finalidade de implantar, construir, explorar e administrar, na Capital do Estado e no interior, centrais de abastecimento destinadas a operar como um centro polarizador e coordenador do abastecimento de gêneros alimentícios e incentivador da produção agrícola.

Art. 2.º — A participação do Estado no capital inicial da CEAPAR e nos posteriores aumentos será procedida em comum acordo com a União Federal, através da COBAL e com a Prefeitura de Curitiba.

Parágrafo único. A participação do Estado no capital inicial será de até Cr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros), mediante a transferência de ações subscritas por entidades da administração indireta.

Art. 3.º — A CEAPAR reger-se-á pelas normas estabelecidas em sua Constituição, dentre as quais obrigatoriamente sempre constarão:

a) que a integralização do capital inicial e seus posteriores aumentos possa ser realizada, em dinheiro em bens ou outros valores suscetíveis de avaliação, pertinentes ao empreendimento;

b) que no capital final da sociedade nenhum acionista deterá número de ações superiores a 50% (cinquenta por cento) do capital, estabelecendo-se, em comum acordo entre os acionistas, a época oportuna para a consecução dessa proporcionalidade;

c) que caso qualquer dos acionistas venha a ser compelido a honrar garantias dadas em operações financeiras contratadas pela sociedade, o crédito então resultante será convertido em ações;

Art. 4.º — A CEAPAR será administrada na forma estabelecida em seus Estatutos.

Art. 5.º — Fica o Poder Executivo autorizado a garantir as operações financeiras que, para a implantação do empreendimento, a Sociedade veja-se na contingência de realizar, inclusive caucionando quotas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Art. 6.º — As despesas decorrentes da presente lei correrão a conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 7.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei n. 222-71.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, ouvida a Casa, retirada, por 3 (três) sessões, do Projeto de Lei n. 211-71.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1972.

(a) — Fuad Nacli.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido dia 7 do corrente, do conceituado médico Doutor Waldemiro Pereira.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1972.

(a) — Maurício Fruct.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Miguel Calixto, ocorrido dia 4 de abril do corrente ano.

O extinto era um dos mais antigos moradores da região Sul do Estado, residindo há 60 anos no distrito de Jangada, Município de General Carneiro e pertencendo a tradicional família, sendo progenitor do Senhor Saib Calixto, atual Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro.

Outrossim, requer, que se dê à família enlutada, conhecimento através de expediente desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1972.

(a) — Domicio Scaramella.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, requer, seja consignados na Ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações à Sociedade Evangélica Beneficente pelo lançamento de um magnífico empreendimento, entre tantos outros já plenamente consagrados, com a apresentação ao público do "Jardim da Saudade", que representa uma nova concepção arquitetônica e humana, no que respeito ao sepultamento.

O "Jardim da Saudade" é um cemitério parque ecumênico que muda completamente o cenário, ao momento cruciante em que os entes queridos e amigos do morto podem contemplar o contraste do céu azul com o tapete verde, com as árvores e flores, ao invés de sombrios e tristes túmulos, que mais ressaltam a tristeza e a dor.

Curitiba é a segunda cidade no Brasil a possuir o seu cemitério parque, que tantos e inegáveis benefícios vem prestando em todo o mundo.

Situado no magnífico bairro do Portão, o "Jardim da Saudade", foi projetado para 15.000 lotes com dois jazigos cada um, numa área total de 65.000 m². Suas obras estruturais estão a cargo da Urbanização Tietê S.A. encontra-se já em adiantada fase, prevendo-se para breve a total conclusão.

Em 24 de janeiro de 1972, o "Jardim da Saudade" realizou o seu primeiro sepultamento, estando assim em condições de atendimento ao público.

Sendo, portanto esta obra um acontecimento que revela mais um vitorioso e oportuno empreendimento apresentado ao público pela Sociedade Evangélica Beneficente, justo é que o mesmo aqui seja registrado e aplaudido para estímulo a outros lançamentos.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1972.

(a) — Igo Losso.

EMENDA N. 1

Emenda ao Projeto de Lei n. 211-71.

O Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1.º — A pensão mensal especial, assegurada à viúva de Deputado Estadual, de que tratam a Lei n. 4.763, de 5 de novembro de 1.963, Lei 54-63, de 22 de novembro de 1963, Lei n. 5.155, art. 2.º, e Regulamentada pelo Decreto Legislativo n. 180-64, de 19 de maio de 1964, fica estabelecida em valor correspondente a parte fixa do subsídio do Deputado Estadual.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1972.

(a) — Wilson Fortes.

PROJETO DE LEI N. 16-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Santa Bárbara Associação Comunitária — SBAC.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Santa Bárbara Associação Comunitária — SBAC, com sede no Jardim Santa Bárbara, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 07 de abril de 1972.

(a) — Igo Losso.

JUSTIFICATIVA:

A Santa Bárbara Associação Comunitária, está com seus estatutos devidamente registrados no 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos em Curitiba, a 14 de julho de 1969, sob n. 399 do livro "A", com CGCMF — 75060877-001.

Seus objetivos são os mais meritórios, ou seja, o de desenvolver o espírito comunitário na solução de problemas comuns que afetam, o conhecido Jardim Santa Bárbara.

Não há qualquer fim lucrativo em tal trabalho, visando tão somente a entidade o bem da coletividade, conforme dispõe o artigo 3.º dos estatutos. Sua Diretoria também não percebe qualquer pagamento trabalhado todos unidos e gratuitamente pelo ideal de servir.

Entidades desta natureza, devem merecer o integral apoio do governo e estimuladas as suas constituições, porque através delas há o trabalho conjunto. Daí, a razão pela qual propomos o presente Projeto de Lei, que temos certeza merecerá o integral apoio da Casa, para que num reconhecimento público, se reconheça este esforço e trabalho digno do melhor elogio.

Anexamos a exposição de motivos endereçada a esta Assembléia, que melhor diz daquilo que afirmamos.

PROJETO DE LEI N. 17-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Agostinho Corrêa de Bittencourt, filho do ex-Capitão da Guarda Nacional Henrique Corrêa Bittencourt, uma pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros).

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1972.

(a) — Nelson Buffara.

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa tem por objetivo amparar, em parte, a situação precária em que se encontra o Senhor Agostinho Corrêa de Bittencourt, filho do ex-membro da Guarda Nacional das Comarcas de Antonina e Morretes do Estado do Paraná. Com avançada idade de 69 anos, encontra-se o beneficiário em situação precária, sem condições de prover a sua própria subsistência, sendo de justiça que se lhe conceda a pensão aqui proposta, a qual, além de minorar a sua difícil situação, traduz o reconhecimento público aos inestimáveis serviços prestados à nossa Pátria, pelo seu pai.

PROJETO DE LEI N. 18-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) a Alfredo Soares de Freitas, ex-Delegado de Polícia do Município de Colorado.

Art. 2.º — A despesa com a execução da presente lei correrá à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1972.

(a) — Jorge Sato.

JUSTIFICATIVA

O objetivo da presente iniciativa é amenizar, em parte, a situação precária em que se encontra um ex-Delegado de Polícia, após longos anos de serviços prestados ao seu Município, com risco da própria vida em virtude das funções que exercia.

Nestas condições, apresentamos a presente proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se dê o indispensável apoio e, no final, sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 19-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma unidade escolar com 3 (três) salas no Distrito de Malu, Município de Terra Boa.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta lei correrá à conta da dotação 72.6-9-50-12-0, do Programa Edificações para o Atendimento dos Serviços da Secretaria de Educação e Cultura, constante do Orçamento Geral do Estado, Lei n. 6.253, de 3 de dezembro de 1971.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1972.

(a) — Armando Queiroz.

JUSTIFICATIVA

O objetivo da presente proposição é dotar o Distrito de Malu, pertencente ao Município de Terra Boa, de uma unidade escolar que venha a possibilitar às crianças o acesso à instrução primária, o que é um dever do próprio Poder Público.

O Orçamento Geral do Estado para o presente exercício financeiro prevê verba específica para a construção de obras públicas, no setor da Educação e Cultura, não importando o presente projeto, dessa maneira, em aumento da despesa orçada.

Assim, esperamos que a nossa iniciativa venha a obter a indispensável acolhida dos Nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Nelson Buffara, constante

do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Armando Queiroz, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda ao Projeto de Lei n. 211-71, de autoria do sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 315-70, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, autoriza o Poder Executivo outorgar a garantia do Estado do Paraná, em financiamento a ser efetivado pela Faculdade de Medicina Norte do Paraná, da Fundação Universidade Estadual de Londrina, com o Banco Real de Investimento S.A., até a importância de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros). — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **COM SUBSTITUTIVO. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado pelo substitutivo.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 9-71, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Rolândia a de Astorga, numa extensão de 40 quilômetros. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. **— Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 211-71, de autoria do Dep. Emilio Carazzai, eleva o "Quantum" na pensão mensal assegurada às viúvas dos Deputados Estaduais. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **— EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando a retirada do Projeto, por três sessões. **— Aprovado o requerimento.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 115-70, de autoria do Dep. Luiz Renato Malucelli, que autoriza o Poder Executivo Declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa desta Capital. Parecer favorável da C.C.J. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 14-71, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, firmar convênio com os Municípios de Marumbi e Cambir, para execução de uma ponte sobre o rio Marumbi. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.O.P.T.C. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 151-71, de autoria do Dep. Quêlise Crisóstomo da Silva, autoriza o P.E. através da Secretaria dos Transportes, proceder revestimento asfáltico da estrada que liga a sede do Município de Almirante Tamandaré com a Rodovia dos Minérios. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 152-71, de autoria do Dep. Quêlise Crisóstomo da Silva, autoriza o P.E. através da Secretaria dos Transportes, proceder revestimento asfáltico da estrada que liga a sede do Município de Campo Largo à Rodovia do Café. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 153-71, de autoria do Dep. Quêlise

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 153-71, de autoria do Dep. Quêlise Crisóstomo da Silva, autoriza o P.E. através da Secretaria dos Transportes, proceder estudos, execução de novo traçado e asfaltamento na rodovia que liga a sede do Município de Campina Grande do Sul à BR-116. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 158-71, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, elevar para Cr\$ 178,00 (cento e setenta e oito cruzeiros), a pensão mensal concedida pela Lei n. 168-61, de 11 de setembro de 1961, à Rosa Dias Teixeira, filha de ex-Deputado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **— Aprovado artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 191-71, de autoria do Dep. João Mansur, declara de Utilidade Pública, a Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia, desta Capital. Parecer favorável da C.C.J. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 221-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 24-71, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial de Cr\$ 222.807,00 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e sete cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, sobre a dotação 71-3-7-60-05-3, Programa Pesquisa e Experimentação Agropecuária, Subprograma Fomento e Extensão Agropecuária, nas consignações que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **— EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.**

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 176-71 de autoria do Dep. Wilson Brandão, que considera de Utilidade Pública, a Delegacia da Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil, da cidade de Maringá. Parecer favorável da C.C.J., **COM SUBSTITUTIVO. — Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 176-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica considerada como sendo de Utilidade Pública a Delegacia da Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil, em Maringá, dedicada às atividades de prevenção do câncer ginecológico.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1971.

a) Dep. Wilson Brandão.

JUSTIFICATIVA:

A Delegacia de Maringá da Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil, cujos trabalhos em campo tão importante da medicina moderna vem sendo exaltados pela Associação Mundial de Prevenção do Câncer Ginecológico, atende mensalmente centenas de representantes do sexo feminino, com exemplar dedicação e sacrifícios de toda sorte de sua Direção. E quando se empresta ênfase aos esforços para uma participação corajosa e decidida no combate ao terrível mal, nada mais justo do que prestigiar, pelos meios legais e adequados, esta benemérita entidade. A iniciativa pretende estimular ações tão entrelaçadas com os reclamos da hora presente e que dizem respeito à união de propósitos sérios e alevantados a BEMFAM de Ma-

ringá já é uma afirmação de operosidade e de prestação de serviços qualificados no setor que atua, dessorate excluindo a medida proposta qualquer rasgo de simples generosidade pública. Ampará-la com superior consciência da validade de seus serviços é promover, convenientemente, a defesa da sorte de um sem número de pessoas que a ela acorrem confiantes na competência de seus médicos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 176-71.

AUTOR: Dep. Wilson Brandão.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Sociedade Bem Estar Familiar no Brasil, Delegacia de Maringá, na forma que especifica.

PARECER

- 1) — O Projeto em tela foi elaborado atendendo ao que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.
- 2) — Referido Projeto vem perfeitamente instruído, donde se conclue:
 - a) que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública está em funcionamento há mais de um (1) ano;
 - b) que não visa lucros;
 - c) que presta, realmente, serviço de forma desinteressada à população; e,
 - d) que seus dirigentes não percebem qualquer forma ou tipo de remuneração.
- 3) — Quanto aos aspectos constitucional, legal e da oportunidade que a esta Comissão cabe examinar, não há restrição alguma a fazer.
- 4) — Em face das considerações expeditas, somos pela sua aprovação, desde que obedecido o substitutivo anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Igo Losso

Emílio Carazzai

Arthur de Souza

Acyr José.

SUBSTITUTIVO GERAL

Ao Projeto de Lei n. 176-71.

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Bem Estar Familiar no Brasil, Delegacia de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de outubro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 261-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 40-71, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva, autorizar o Poder Executivo dar fiança aos empréstimos contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, com o Banco Nacional de Habitação e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 261-71

MENSAGEM 40-71

Curitiba, 15 de outubro de 1971

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a dar fiança aos empréstimos contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, com o Banco Nacional de Habitação, em cumprimento a contratos celebrados, para implantação já realizada, de conjuntos populares nos municípios que especifica.

A medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa fundamenta-se no que dispõe a Resolução n. 3-67, de 18 de janeiro de 1967, da Diretoria do Banco Nacional de Habitação, onde está contida a exigência da Fiança objetivada pelo anteprojeto de lei em questão.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

N/Capital.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, com o Banco Nacional de Habitação e a conferir ao referido Banco os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, na forma do disposto na Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 e, na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos órgãos do Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais bem como saldos dos depósitos bancários suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais, decorrentes dos empréstimos concedidos pelo BNH à COHAPAR.

§ 1.º — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco de Habitação, na hipótese de a Companhia de Habitação do Paraná não efetuar, no vencimento, os pagamentos das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos celebrados com o Banco Nacional de Habitação e constantes do § 2.º deste artigo.

§ 2.º — A fiança é outorgada pelo Governo do Estado do Paraná, em cumprimento aos contratos já celebrados com o Banco Nacional de Habitação, sob a supervisão da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, para implantação, já realizada, de conjuntos residenciais populares nos Municípios de Londrina, Maringá, Paranavai, Cidade Gaúcha, Nova Londrina, Jacarezinho, Ribeirão Claro, Telêmaco Borba, Clevelândia, Ponta Grossa e Curitiba.

Art. 2.º — A autorização de que trata esta lei, é fixada na importância inicial de 310.538,1477 UPC (Trezentos e dez mil, quinhentas e oitenta e oito UPC e mil quatrocentos e setenta e sete décimos milésimos de UPC) que corresponde aos valores consignados nas planilhas de retorno, corrigidos monetariamente de conformidade com os índices estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional para as ORTN.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

a) Haroldo Leon Peres

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 261-71

AUTOR: Poder Executivo

SÚMULA: Mensagem n.º 40-71, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo dar fiança aos empréstimos contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR —, com o Banco Nacional de Habitação e dá outras providências.

I — Em sua justificativa, o exmo. sr. Governador do Estado, ressalta que a medida pleiteada fundamenta-se no que dispõe a Resolução n. 3-67, de 18 de janeiro de 1967, da Diretoria do Banco Nacional de Habitação, onde está contida a exigência da fiança por parte do Poder Executivo à Companhia Habitacional que pretenda pleitear empréstimos naquele Banco Nacional.

II — Por outro lado, já existem contratos celebrados, para implantação já realizada de conjuntos populares, sob a supervisão da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, nos Municípios de Londrina, Maringá, Paranavai, Cidade Gaúcha, Nova Londrina, Jacarezinho, Ribeirão Claro, Telêmaco Borba, Clevelândia, Ponta Grossa e Curitiba.

III — A medida pretendida não está a ferir dispositivos quer de natureza legal ou constitucional, o que é objetivo de deliberação desta Comissão.

IV — Por entendermos perfeitamente justo e Constitucional é que opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

aa) Muggiati Filho — Presidente — (em exercício)

Emílio Carazzai — Relator

Armando Queiroz

Gilberto Carvalho

Cândido Martins de Oliveira

Borsari Netto

Odilon Reinhardt

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldemiro Pereira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Calixto. — **Aprovado.**

Requerimento do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 222-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Sociedade Evangélica Beneficente. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. Discussão — dos Projetos de Lei ns: 115-70, 14-71, 151-71, 152-71, 153-71, 158-71, 191-71, 221-71;

2a. Discussão — dos Projetos de Lei ns: 176-71, 261-71;

1a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 7-71 e do de Lei n. 222-71. Levanta-se a sessão.

2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 7ª Sessão Ordinária — Realizada em 11 de Abril de 1972 — (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quiesle Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quiesle Crisóstomo, Domicio Scaramella, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumort, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Rosário Pitelli, Emílio Carazzai e Wilson Brandão (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente, declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTO:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação e Cultura, com o objetivo de reiterar nosso apelo para que seja autorizada imediatamente a continuidade das obras iniciadas em anexo à Escola Professora Amazília, no Município de União da Vitória, há mais de 5 anos, em face da prioridade que o Governo procura conceder ao setor educacional.

Considerando que a soma de alunos matriculados perfaz um total de 2.332, de precariedade das atuais instalações se faz ressaltar dia a dia, não estando dotada, deste modo, de condições mínimas para que se processe

de modo normal e adequado o ensino aos estudantes.

A vista do exposto, é que registramos novamente nosso apelo para que, com a brevidade que for possível, a Secretaria da Educação e Cultura, juntamente com a FUNDEPAR, em Convenio, solucionem tal situação.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1972.

(a) Domício Scaramella

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n. 21-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Universitária do Departamento de Edificações e Obras Especiais" com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1972.

(a) Borsari Neto

JUSTIFICATIVA:

"A Associação Universitária do DEOE" é uma entidade que, criada em 1970, veio a atender um dos anseios do pessoal de nível universitário do nosso Departamento de Edificações e Obras Especiais. Além de representar a classe, promove o seu conagraamento, ensinando através de realizações o aperfeiçoamento técnico-cultural dos seus sócios. Foi criada através de modificação estatutária do antigo clube de advogados do DEOE, acolhendo assim toda a classe universitária que compõe o quadro de pessoal desse Departamento, permitindo-lhe beneficiar-se das diversas atividades e serviços que presta desinteressadamente.

Estando satisfeitas as exigências de Lei que regula a matéria, conforme documentação anexa, entendemos ser justo e oportuno que o Poder Público, através de diploma legal, reconheça a sua Utilidade Pública. Pedimos, para tanto, o apoio de nossos nobres Pares.

Projeto de Lei n. 22-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a União dos Oficiais e Proprietários de Farmácia do Norte do Paraná, "UNOFAR" — com sede e Foro na cidade de Londrina-Pr.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1972.

(a) Basílio Zanusso

JUSTIFICATIVA:

A União de Oficiais e Proprietários de Farmácia do Norte do Paraná — UNOFAR criada em 17 de agosto de 1967, é uma Sociedade Civil, cuja finalidade é a de conjugar os oficiais e proprietários de farmácia do Norte do Paraná, promovendo a união entre sócios, defendendo-lhes seus direitos em toda e qualquer ocasião.

Pelos muitos e relevantes serviços que presta à comunidade de Londrina, essa entidade já se impôs ao respeito e à admiração da sociedade local, tornando-se, por isso, credora do reconhecimento dos Poderes Públicos.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Projeto de Resolução n. 1-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica instituído um concurso destinado a divulgar a importância do Poder Legislativo ao Desenvolvimento do Estado do Paraná, a ser patrocinado por esta Casa.

Art. 2.º — Este concurso será efetivado em duas categorias, sendo que a primeira será destinada a alunos de grau ginasial e colegial, matriculados em colégios públicos e particulares do Estado, e a segunda para jornalistas profissionais do Estado do Paraná.

Art. 3.º — Ficam instituídos os seguintes prêmios para o citado concurso: Classe estudantil: 1.º lugar — Uma bolsa de estudos para qualquer Faculdade particular do Estado, à escolha do vencedor; 2.º e 3.º lugares — uma bolsa de estudos para cursos pré-vestibulares à escolha dos premiados;

Para Jornalistas:

1.º lugar — 5.000,00

2.º lugar — 3.000,00

3.º lugar — 2.000,00

Art. 4.º — Os trabalhos apresentados serão julgados: Na classe estudantil por uma Comissão composta por um representante da Secretaria de Educação, que presidirá a Comissão, um membro da Diretoria da Associação dos Professores do Paraná e dois deputados deste Poder Legislativo. Para a classe da imprensa os trabalhos serão apreciados por uma Comissão composta de dois jornalistas deste Poder Legislativo um representante do Sindicato dos Jornalistas do Paraná e um Deputado, que presidirá o julgamento.

Art. 5.º — Os atos atinentes à regulamentação deste concurso, serão complementados pela Comissão Executiva deste Poder Legislativo, num prazo de 30 dias.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1972.

(a) Maurício Fruct

JUSTIFICATIVA:

A importância do Parlamentar na vida pública da comunidade não vem sendo devidamente compreendida como o merecia ser.

O tolhimento de diversos poderes que possuía o Parlamentar no País, contribui, em parte, para essa afastamento entre o Deputado e a população. Talvez mesmo sem exagero, o Deputado seja hoje um ilustre desconhecido, que só se evidencia e toma os pensamentos do povo nas épocas eleitorais; mesmo assim, obrigado pelas circunstâncias da propaganda gratuita fornecidas pelas emissoras de rádio a TV, por ordem governamental.

Isto se deve ao cerceamento da vida parlamentar e, apesar das inúmeras atribuições ainda concernentes às obrigações de um Deputado estas atividades não parecem sensibilizar a população do Estado, que prefere ficar alheia à uma participação ativa e opinante.

É este fato, Sr. Presidente que pretendemos modificar. Com a insti-

tução do presente concurso, não só através da imprensa, mostrar-se-á a atividade parlamentar, bem como, pela classe estudantil, através da pesquisa, será a vida política deste Poder melhor compreendida pelos jovens de nosso Estado, futuros líderes políticos do Paraná.

É preciso inculcar nas matérias de Moral e Civismo em nossos Colégios o valor e a atuação parlamentar, dentro do contexto governamental.

Somos um Poder do triunvirato governante e a ausência de um melhor conhecimento da vida parlamentar implica num deserviço no melhor conhecimento do funcionamento da vida política brasileira.

A par da presença de duas classes predominantes de nossa Sociedade, estarem vinculadas ao concurso em tela, o mesmo tem intrinsecamente o sentido cívico de divulgar um dos três poderes básicos na Nação, que, por falta de melhor compreensão está a caducar ante a vista do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruct, para o Grande Expediente.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muitas vezes todos os companheiros tem ouvido manifestações até certo ponto desairosas às atribuições e à competência do Poder Legislativo não só no que diz respeito às atividades desta Assembléia Legislativa, que representa um importantíssimo Poder do Estado do Paraná, mas estes mesmos comentários são dirigidos, em diversas oportunidades, às Câmaras Municipais de todas as cidades do nosso País; à Câmara Federal e ao Senado da República, e por que estas críticas são formuladas e por que tal imagem se configura na opinião pública?

Na realidade, existem aqueles que insistem em colocar em permanente servilismo por parte deste Poder, e outros que argumentam que, muitas vezes, por mais esforços que se façam por parte de uma minoria, não se chega nunca ao resultado positivo, porque as determinações do Poder Executivo tomam de assalto a todos os Legislativos, e este permanentemente, somente e apenas aplaude e assiste as suas determinações unicamente.

O jornalista Carlos Chagas, em artigo assinado no "O Estado de São Paulo", sob o título A BOLA — ONDE ESTÁ A BOLA? fazia considerações em torno de situação do Poder Legislativo em nosso País, e afirmava que os dois Partidos ali representados — Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro estavam realizando uma partida, um jogo de futebol em que todos suavam a camisa, em que todos procuravam o melhor para seu eleitorado, porém, melancolicamente o resultado desse jogo era 0 a 0, porque tanto MDB como ARENA de há muito deixaram de participar da competição com a bola, o que não deixa de ser uma realidade.

O que é preciso é que nós integrantes deste Poder, tudo façamos para que haja pelo menos uma reação por parte de seus participantes. O que é preciso é que a classe política realize, para que seja restaurado efetivamente o Poder Legislativo, os Poderes que devem representar os autênticos interesses do povo, um Poder que deve manter uma autêntica independência que infelizmente de há muito não se observa.

Para que se restaure este Poder perante a opinião pública, para que haja também uma participação desta Assembléia Legislativa na restauração das competências, das atribuições do Poder Legislativo é que preparamos na sessão de hoje, em forma de Projeto de Resolução, a instituição de um concurso destinado a divulgar a importância do Poder Legislativo no desenvolvimento do Estado do Paraná.

Concurso esse que teria o patrocínio desta Casa, que seria dirigido e seria dividido em dois setores, um destinado aos estudantes do 1.º e 2.º Ciclos, do Estado do Paraná e outro destinado aos jornalistas militantes na imprensa do nosso Estado. E por que se destinaria esse concurso a estudantes do 1.º e 2.º Ciclos, do Estado do Paraná? Como todos sabem é matéria obrigatória no currículo escolar a matéria Moral e Cívica, moral e civismo que prepara o jovem para as lides futuras, moral e civismo que mostra aos jovens a importância e a necessidade da independência absoluta entre os três Poderes que mostra aos jovens o que se entende e o que se deve entender por Poder Legislativo. A esses jovens a Assembléia destinaria ao 1.º lugar uma bolsa de estudos para uma faculdade particular do Estado, à escolha do estudante e o segundo lugar para um curso pré-vestibulares à escolha dos premiados. Por outro lado os jornalistas profissionais, aqueles que tem o poder da comunicação, que podem ter contato com milhares de paranaenses, através de suas colunas em jornais, também seria oferecido um prêmio em dinheiro.

É este o Projeto de Resolução que temos a honra de submeter a apreciação da Comissão Executiva e dos eminentes companheiros desta Casa, na certeza de que todos irão compreender os objetivos a que o mesmo projeto se propõe. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 115-70, de autoria do Dep. Luiz Renato Maucelli, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa desta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência. — Aprovado.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 14-71, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, firmar convenio com os Municípios de Marumbi e Cambira, para execução de uma ponte sobre o rio Marumbi. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Em Regime de Urgência. — Aprovado.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 151-71 de autoria do Dep. Quilise Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo através de Secretaria dos Transportes, proceder revestimento asfáltico da estrada que liga a sede

do Município de Almirante Tamandaré com a Rodovia dos Minérios. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 152-71, de autoria do Dep. Quielso Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, proceder revestimento asfáltico da estrada que liga a sede do Município de Campo Largo à Rodovia do Café. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 153-71, de autoria do Dep. Quielso Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, proceder estudos, execução de novo traçado e asfaltamento na rodovia que liga a sede do Município de Campina Grande do Sul à BR-116. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 158-71, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, elevar para Cr\$ 178 00 (cento e setenta e oito cruzeiros), a pensão mensal concedida pela Lei n. 168-61 de 11 de setembro de 1961, à Rosa Dias Teixeira, filha de ex-Deputado. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 191-71, de autoria do Dep. João Mansur, declara de Utilidade Pública, a Associação das Abelinhas de Santa Rita de Cássia, desta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 221-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 24-71, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial de Cr\$ 222.807,00 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e sete cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, sobre a dotação 71 — 3.7 — 60 — 05 — 3, Programa Pesquisa e Experimentação Agropecuária, Subprograma Fomento e Extensão Agropecuária, nas consignações que especifica. — Parecer favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 176-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que considera de Utilidade Pública, a Delegacia da Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil, da cidade de Maringá. — Parecer favorável da C.C.J. — Com Substitutivo. — **Aprovado pelo substitutivo, artigo por artigo.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 261-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 40-71, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva, autorizar o Poder Executivo dar fiança aos empréstimos contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, com o Banco Nacional de Habitação e dá outras providências. — Parecer favoráveis da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

1a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 7-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convenio celebrado em 15 de junho de 1970, entre o D.E.R., e o Município de Sengés. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 7-71
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — É aprovado o convênio celebrado em 15 de julho de 1970, entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná e o Município de Sengés, objetivando a construção de uma ponte de alvenaria sobre o Rio Jaguariçatu.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de Março de 1971.

aa) — Presidente — **Wilson Brandão**

Relator — **Acyr José**
Odilon Reinhardt
Gilberto de Carvalho
Igo Losso
Arthur de Souza
José Muggiati Filho

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 39-70

PROPOSIÇÃO N.º 97-70

Curitiba, 9 de outubro de 1970.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 15 de julho de 1970, entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná e o Município de Sengés.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) **PAULO PIMENTEL** — Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado **FRANCISCO ESCORSIN**

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital

Convênio de auxílio e cooperação, para execução dos serviços de construção de uma ponte de alvenaria, que entre si fazem o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná e o Município de Sengés, na forma abaixo:

1 — **PARTE** — O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, daqui por diante denominado DER/PR, representado pelos seus Diretores, Geral Eng. Aldo Ferdinando Patitucci e Técnico Eng. Darcy Gomes de Moraes, e o Município de Sengés, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Jaime Jorge, conforme documentos arquivados neste Departamento, acordam em firmar o presente Convênio de Auxílio e Cooperação, mediante delegação de encargos, na forma da Legislação em vigor.

2 — **LOCAL E DATA** — Lavrado e assinado na Capital do Estado do Paraná, na Diretoria Geral do DER/PR, aos quinze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta.

3 — **OBJETO DO CONVENIO** — O Município e o DER/PR, na vigência deste Convênio, assumem o encargo da construção de uma ponte de alvenaria, sobre o Rio Jaguariçatu.

4 — **EXECUÇÃO** — A execução desses serviços obedecerá as Normas vigentes no DER/PR, e ao projeto apresentado pelo DER/PR. Para programa pormenorizado, acompanhados dos respectivos orçamentos.

5 — **DESAPROPRIAÇÃO** — Caberá ao Município convencional, obedecidas as suas Normas Próprias, proceder a aquisição de faixas de terras ou benfeitorias que incidam na faixa estradal, no ponto que se construirão as obras de arte especiais aqui objetivadas.

6 — **RECURSOS** — Para a execução das obras, objeto do presente Convênio o DER/PR, fornecerá 500 (quinhentas) sacas de cimento e 7.500 (sete mil e quinhentos) kg. de vergalhões de ferro.

A Prefeitura fornecerá todo o material restante.

7 — **FISCALIZAÇÃO** — Os serviços serão administrados diretamente pelo DER/PR, através do 3.º Distrito Rodoviário e pelo Serviço de Assistência Rodoviária aos Municípios. Caberá ao Município convencional a verificação do andamento dos serviços.

Os entendimentos que se fizerem necessários desse fato resultante, serão levados pelo Sr. Prefeito Municipal, diretamente aos Engenheiros Chefes daquelas mencionadas dependências do DER/PR, independentemente da faculdade do contacto direto com a direção Geral do DER/PR, que determinará as necessárias e respectivas providências.

8 — **VALIDADE** — Este Convênio terá validade até 2 (dois) exercícios financeiros podendo ser renovado por aditamento.

9 — **INICIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGENCIA** — A vigência do presente Convênio verificar-se-á a partir do seu registro no Egrégio Tribunal de Contas do Estado sendo que o início da execução dos serviços dar-se-á tão logo o 3.º Distrito Rodoviário tenha disponibilidade do material a ser empregado.

E como nada mais houvesse eu, **ALBERTO SILVA** oficial de administração Nível "20" deste DER/PR, lavrei o presente Convênio que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas presentes. — (aa) Aldo Ferdinando Patitucci, Darcy Gomes de Moraes, Jaime Jorge. Testemunhas: — Luiz Capelline, Iolanda Weigert. Era o que se continha em dito Livro de Convênios do qual eu Roseli Stinglin Capelline, of. de Administração nível 20 deste DER/PR, bem e fielmente extraí a presente Certidão e eu Theodocio Miguel Atherino, Chefe da Seção de Contratos em 15.7.1970, me reporto e dou fé.

VISTO

J. A. Nascimento de Loyola

Confere com o original

Roseli Stinglin Capelline

Of. de Administração Nível 20

Aldo Ferdinando Patitucci

Diretor Geral

VISTO

Theodocio Miguel Atherino

Chefe da Seção de Contratos

Confere com o original

Em 7.10.70

a) **T. V. Bertolini**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

1.º — Tratam os autos de mensagem do Executivo Estadual capeando minuta de convênio a ser assinado entre o Estado, pelo DER, e o Município de Sengés, por sua Prefeitura Municipal, com vistas a auxílio e cooperação do primeiro em favor do segundo, na construção de obra rodoviária que especifica.

2.º — A matéria é de especial interesse para ambos os convenccionantes e, como encontra-se elaborada, atende todos os requisitos legais e jurídicos para aprovação e encontra-se com o projeto de Resolução anexo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 16.3.1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Acyr José — Relator

Odilon Reinhardt

Gilberto de Carvalho

Igo Losso

Arthur de Souza

Muggiati Filho

1a **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 222-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 25-71, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a contribuição do Estado para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

**MENSAGEM
25/71**

PROJETO DE LEI N.º 222-71

Curitiba, 2 de setembro de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a contribuição do Estado para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, instituído pela Lei Complementar Federal n.º 8, de 3 de dezembro de 1970.

A mencionada Lei Federal preceitua que os Estados contribuirão para o Programa, mediante recolhimentos mensais ao Banco do Brasil, calculados percentualmente sobre as receitas correntes próprias, sendo 1% a partir de 1.º de julho de 1971, 1,5% em 1972 e 2% em 1973 e exercícios subsequentes. Prevê, ainda, o recolhimento, para o mesmo Programa, de 2% das transferências recebidas pelos Estados através do Fundo de Participação dos Estados, Distritos Federal e Municípios, a partir de 1.º de julho de 1971.

O artigo 8.º da lei instituidora do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, contém dispositivo segundo o qual a norma Federal específica aplicar-se-á aos Estados mediante instrumento legislativo estadual, o que, aliás, consubstancia o Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis.

Em conformidade com a Regulamentação aprovada pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, para execução da Lei Complementar n.º 8-70, o anexo anteprojeto de lei, prevê autorização para abertura de

crédito suplementar até o limite de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), a fim de que possam ser efetuados os recolhimentos relativos ao período de julho a dezembro deste exercício financeiro.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N.º Capital.

Certo de que a medida ora submetida a apreciação dessa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) — HAROLDO LEON PERES
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Estado do Paraná contribuirá para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 8, de 3 de dezembro de 1970, com as seguintes parcelas, que serão mensalmente recolhidas ao Banco do Brasil S.A.:

a) — 1% (um por cento) das receitas correntes próprias, deduzidas as transferências feitas a outras entidades de Administração Pública, a partir de 1.º de julho de 1971, 1,5% (um e meio por cento) em 1972 e 2% (dois por cento) no ano de 1973 e subsequentes;

b) — 2% (dois por cento) das transferências recebidas do Governo da União através do Fundo de Participações dos Estados, Distrito Federal e Municípios, a partir de 1.º de julho de 1971.

Parágrafo único — Não recairá, em nenhuma hipótese, sobre as transferências de que trata este artigo, mais de uma contribuição.

Art. 2.º — As autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelo Estado, contribuirão para o Programa com 0,4% (quatro décimos por cento) da receita orçamentária, inclusive transferência e receita operacional, a partir de 1.º de julho de 1971; 0,6% (seis décimos por cento) em 1972 e 0,8% (oito décimos por cento) no ano de 1973 e subsequentes.

Art. 3.º — Beneficiar-se-ão das vantagens do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, na forma e condições estaduais em atividade, inclusive os de entidades da Administração indireta e fundações.

Art. 4.º — Para execução desta lei no corrente exercício financeiro, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros).

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

a) Haroldo Leon Peres

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 222-71

AUTOR: Poder Executivo

SUMULA: "Dispõe sobre a contribuição do Estado para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, na forma e como especifica".

P A R E C E R

1.) Tem por fim o Projeto de Lei supra referido, de autoria do Poder Executivo, dispor sobre a contribuição do Estado para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, instituído pela Lei Complementar Federal n.º 8, de 3 de dezembro de 1970.

Referida iniciativa vem articulada e justificada no ofício que a acompanha, obedecendo, desta forma, a determinação contida no art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) A Proposição ora em exame é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Por outro lado, está em perfeita harmonia com as disposições constitucionais e legais.

Quanto a sua oportunidade, é evidente.

3.) Em face das considerações expedidas, somos pela sua aprovação.

E o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 1.º de outubro de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Emílio Carazzai

Arthur de Souza

Cândido Martins de Oliveira

Acy José

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE Lei N.º 222-71

AUTOR: Poder Executivo

SUMULA: Mensagem 25-71, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a contribuição do Estado para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

P A R E C E R

Originário de Mensagem Governamental e, em cumprimento de dispositivo de Lei Complementar Federal, com parecer favorável da Douta Comissão de Justiça, não fere princípios de ordem financeira.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1971.

aa) — Leopoldo Jacomet — Presidente

Santos Lima — Relator

Armando Queiroz

Francisco Escorsin

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, com o objetivo de reiterar nosso apelo para que seja autorizada imediatamente a continuidade das obras iniciadas com anexo a Escola Professora Amazilia, no Município de União da Vitória. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, quarta-feira, a Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 176-71, 261-71;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 7-71 e do Projeto de Lei n.º 222-71;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 9-71.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

ATA DA 7.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um, na sala de reuniões das Comissões Técnicas, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor deputado Lázaro Dumont, presentes os senhores deputados Borsari Netto, Santos Maciel, Gilberto Carvalho e Hélio Manfrinato, havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Lida a ata da sessão anterior pelo senhor secretário, foi a mesma aprovada sem observações. Nada constando do expediente, passou-se à ORDEM DO DIA: — PROJETO DE LEI N.º 72-70 — de autoria do senhor deputado Tulio Vargas, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação, a Rodovia no Município de Guaraniãçu, que liga a B.R. 277, na altura do Km. 335, numa extensão de 40 Kms. Relator deputado Santos Maciel, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 5-71 — de autoria do senhor deputado Xenofonte Villanueva, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a Cidade de Pérola à de Iporã, relator deputado Santos Maciel, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 14-71 — de autoria do senhor deputado Gilberto Carvalho, que através do D.E.R., firma convênio, com os Municípios de Marumbi e Cambira, para a execução de uma ponte sobre o Rio Marumbi, relator deputado Santos Maciel, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 66-71 — de autoria do senhor deputado Maurício Fruet, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação a estrada municipal que liga os Municípios de Araucária e Campo Largo, relator deputado Santos Maciel, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 70-71 — de autoria do senhor deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, que autoriza o P.E., transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga os Municípios de Bocaiuva do Sul a Colombo, relator deputado Santos Maciel, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 73-71 — de autoria do senhor deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o P.E., construir uma ponte sobre o Rio Iguaçu, na Rodovia que liga o Município de Pinhão ao de Manguierinha, relator deputado Santos Maciel, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 99-71 — de autoria do senhor deputado Nivaldo Krüger, que aou digo autoriza o P.E., construir uma ponte sobre o Rio Jordão, ligando a estância Hidromineral de Águas de Santa Clara, no Município de Guarapuava, ao Município de Pinhão, relator deputado Santos Maciel, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 108-71 — de autoria do senhor deputado Wilson Brandão, que autoriza o P.E., transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria a estrada que liga Maringá a Ivaiporã, passando por Aquidabã, Jardim Alegre, São Pedro e São João do Ivaí, relator deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 115-71 — de autoria do senhor deputado Wilson Brandão, que autoriza o P.E., transferir ao D.E.R., para alargamento, cascalhamento e conservação, a estrada que liga o Município de Cruzeiro do Oeste ao de Mariluz, relator deputado Antonio Maciel, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 120-71 — de autoria do senhor deputado Wilson Brandão, que autoriza o P.E., asfaltar a estrada que liga a sede do Município de Dr. Camargo à Rodovia Maringá-Umuarama, através do convênio a ser firmado entre o D.E.R. e o Executivo Municipal de Dr. Camargo, relator deputado Borsari Netto, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 151-71 — de autoria do senhor deputado Quiêlse da Silva, que autoriza o P.E., através do Sec. dos Transportes, proceder revestimento asfáltico da estrada que liga a sede do Município de Almira Tamandaré com a Rodovia dos Minérios, relator deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 152-71 — de autoria do senhor deputado Quiêlse da Silva, que autoriza o P.E., através da Sec. dos Transportes, proceder revestimento asfáltico da Estrada que liga a sede do Município de Campo Largo à Rodovia do Café — B.R. 376, relator deputado Antonio Maciel, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 153-71 — de autoria do senhor deputado Quiêlse da Silva, que autoriza o P.E., através da Secretaria dos Transportes, proceder estudos e execução de novo traçado e asfaltamento na Rodovia que liga a sede do Município de Campina Grande do Sul à B.R. 116, relator deputado Borsari Netto, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 160-71 — de autoria do senhor deputado Basilio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Nova Esperança a Cianorte, passando por Florai, São Carlos do Ivaí, Japurá e São Tomé relator deputado Antonio Maciel, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente.

(a) LAZARO DUMONT,

Presidente

(a) ROBERTO DINIZ SATYRO,

Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA N. 117-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 465, de 27 de janeiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

designar Luiz Carlos Molinari, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Arerã, junto ao Gabinete do Deputado Jorge Sato.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de abril de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 118-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1.374, de 9 de março de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

designar Pácido Cordeiro de Paula funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Xenofonte Villanueva.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de abril de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral